

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| Agradecimentos..... | 5 |
| Apresentação..... | 7 |
| Prefácio..... | 9 |
| Introdução..... | 19 |
| Capítulo 1 – O padrão “ <i>arm’s length</i> ”..... | 23 |
| 1.1. A origem das regras de preços de transferência..... | 23 |
| 1.2. O padrão “ <i>arm’s length</i> ”..... | 27 |
| 1.3. Os propósitos gerais das regras de preços de transferência baseadas no padrão “ <i>arm’s length</i> ”..... | 31 |
| 1.4. A noção de criação de valor (“ <i>value creation</i> ”)..... | 31 |
| 1.5. O padrão “ <i>arm’s length</i> ” no Brasil..... | 32 |
| 1.6. O intervalo “ <i>arm’s length</i> ”..... | 34 |
| 1.7. O comportamento “ <i>arm’s length</i> ”..... | 36 |
| 1.8. As bases normativas do padrão “ <i>arm’s length</i> ” nos tratados interna- cionais..... | 37 |
| 1.9. Os tipos de ajustes de preços de transferência (ajustes primários, ajustes correspondentes e ajustes secundários)..... | 41 |
| 1.10. O papel das diretrizes de preços de transferência da OCDE e da ONU..... | 47 |
| 1.11. <i>Formulary apportionment</i> | 54 |
| Capítulo 2 – Escopo objetivo e escopo subjetivo..... | 61 |
| 2.1. As transações controladas..... | 61 |
| 2.2. O conceito de partes relacionadas..... | 68 |

| | |
|--|-----|
| 2.3. A noção de influência..... | 69 |
| 2.4. O rol exemplificativo de partes relacionadas..... | 71 |
| 2.4.1. O controlador e suas controladas..... | 73 |
| 2.4.2. A entidade e sua unidade de negócios..... | 75 |
| 2.4.3. As coligadas..... | 79 |
| 2.4.4. As entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas..... | 81 |
| 2.4.5. As entidades com direito de receber lucros ou participação nos ativos..... | 81 |
| 2.4.6. As entidades sob controle comum ou com participação de 20% ou mais no capital social..... | 82 |
| 2.4.7. As entidades em que os mesmos sócios ou acionistas detenham no mínimo 20% (vinte por cento) do capital social..... | 83 |
| 2.4.8. As entidades e as pessoas naturais..... | 85 |
| 2.5. O conceito amplo de entidade..... | 87 |
| 2.6. Partes relacionadas no mesmo país, inclusive no Brasil..... | 87 |
| 2.7. Crítica à amplitude do conceito de parte relacionada..... | 88 |
| 2.8. Incompatibilidade com os acordos de bitributação..... | 89 |
| 2.9. Transações com entidades residentes ou domiciliadas em jurisdições com tributação favorecida ou em regimes fiscais privilegiados..... | 93 |
| 2.10. Jurisdições com tributação favorecida e regimes fiscais privilegiados..... | 94 |
| 2.10.1. Jurisdições com tributação favorecida..... | 96 |
| 2.10.2. Regimes fiscais privilegiados..... | 97 |
| 2.10.3. A “black list” da Instrução Normativa RFB nº 1.037/2010..... | 99 |
| Capítulo 3 – Delineamento da transação e análise funcional..... | 103 |
| 3.1. Identificação das relações comerciais ou econômicas..... | 103 |
| 3.2. Os termos contratuais e o delineamento da transação..... | 105 |
| 3.3. Confrontação entre o instrumento contratual e a conduta das partes..... | 110 |

| | |
|---|-----|
| 3.4. A recaracterização da transação (<i>non-recognition</i>)..... | 116 |
| 3.5. Análise funcional..... | 122 |
| 3.5.1. Funções..... | 124 |
| 3.5.2. Ativos..... | 126 |
| 3.5.3. Riscos..... | 126 |
| 3.6. As características do bem, direito ou serviço..... | 133 |
| 3.7. As circunstâncias econômicas..... | 134 |
| 3.8. As estratégias de negócios..... | 136 |
| Capítulo 4 – O comportamento comercialmente racional e as opções realisti- camente disponíveis..... | 139 |
| 4.1. O delineamento da transação para fins de controle de preços de transferência..... | 139 |
| 4.2. A análise das opções realisticamente disponíveis..... | 140 |
| 4.3. O comportamento economicamente racional nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE..... | 145 |
| 4.4. O comportamento economicamente racional e a análise das opções realisticamente disponíveis no discurso jurídico..... | 147 |
| 4.5. Críticas ao comportamento comercialmente racional..... | 150 |
| 4.6. A impossibilidade de precificação segundo o padrão “ <i>arm’s length</i> ” como pressuposto para a desconsideração ou requalificação..... | 151 |
| 4.7. A ilegalidade do art. 19, § 6º, da Instrução Normativa RFB nº 2.161/2023... 4.8. Opções não disponíveis..... | 153 |
| 4.9. Casos da experiência internacional..... | 157 |
| 4.9.1. Caso Peugeot-Citroen..... | 159 |
| 4.9.2. Caso Hess Noruega..... | 160 |
| 4.9.3. Caso Sona Okegawa..... | 163 |
| 4.10. Mecanismos de avaliação das opções realisticamente disponíveis e ônus probatório..... | 164 |
| 4.11. Ausência de repercussões para outros tributos..... | 166 |
| 4.12. Incompatibilidade com o sistema tributário brasileiro..... | 167 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 5 – A análise de comparabilidade | 169 |
| 5.1. A relevância da análise de comparabilidade..... | 169 |
| 5.2. A análise de comparabilidade na Lei nº 14.596/2023..... | 171 |
| 5.3. A análise de comparabilidade nas Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE..... | 174 |
| 5.4. Etapa 1. A determinação dos períodos a serem abrangidos na análise | 177 |
| 5.5. Etapa 2. Análise ampla das circunstâncias do contribuinte..... | 180 |
| 5.6. Etapa 3. Compreensão da transação controlada, análise funcional e parte testada..... | 181 |
| 5.7. Etapa 4. Comparáveis internos..... | 184 |
| 5.8. Comparáveis externos..... | 185 |
| 5.9. O uso de base de dados..... | 186 |
| 5.10. Comparáveis não domésticos..... | 188 |
| 5.11. Comparáveis secretos | 190 |
| 5.12. Identificação de potenciais transações comparáveis..... | 191 |
| 5.13. Determinação e realização de ajustes de comparabilidade razoavelmente precisos quando apropriado | 193 |
| 5.14. Interpretação e o uso dos dados coletados com a determinação da remuneração adequada ao padrão “ <i>arm’s length</i> ” | 196 |
| 5.15. O uso de dados não transacionais | 197 |
| 5.16. As compensações intencionais | 198 |
| 5.17. “Location savings” e “location-specific advantages” | 199 |
| Capítulo 6 – Métodos de controle dos preços de transferência | 203 |
| 6.1. A escolha do método mais apropriado..... | 203 |
| 6.2. A parte testada | 205 |
| 6.3. Os métodos de controle dos preços de transferência..... | 209 |
| 6.4. Preço Independente Comparável - PIC..... | 215 |
| 6.5. Preço de Revenda menos Lucro – PRL..... | 222 |
| 6.6. Custo mais Lucro - MCL..... | 228 |

| | |
|--|-----|
| 6.7. Margem Líquida da Transação - MLT..... | 232 |
| 6.8. Método da Divisão do Lucro – MDL..... | 238 |
| 6.9. Outros métodos..... | 244 |
| Capítulo 7 – Intervalo de comparáveis e ajustes de preços de transferência..... | 245 |
| 7.1. Intervalo de comparáveis..... | 245 |
| 7.2. Dos ajustes às bases de cálculo do IRPJ e da CSLL..... | 253 |
| 7.2.1. Ajuste espontâneo..... | 254 |
| 7.2.2. Ajuste primário..... | 254 |
| 7.2.3. Ajuste compensatório..... | 255 |
| 7.3. Ajustes espontâneos e compensatórios e efeitos em outros tribu- tos..... | 258 |
| 7.4. Ajustes secundários..... | 262 |
| Capítulo 8 – Commodities..... | 265 |
| 8.1. O mercado de commodities..... | 265 |
| 8.2. Definição de commodities..... | 265 |
| 8.3. Preço de cotação..... | 268 |
| 8.4. O PIC como método mais apropriado..... | 269 |
| 8.5. Experiência internacional e o caso Cameco..... | 274 |
| 8.6. Ajustes de comparabilidade..... | 276 |
| 8.7. A data ou o período de datas para a obtenção do preço de cotação..... | 280 |
| 8.8. Condições extraordinárias de mercado..... | 281 |
| 8.9. Obrigações acessórias relativas às commodities..... | 282 |
| Capítulo 9 – Ativos intangíveis..... | 287 |
| 9.1. O papel dos ativos intangíveis na criação de valor..... | 287 |
| 9.2. Definição de ativo intangível..... | 287 |
| 9.3. Aplicação das regras de preços de transferência para ativos intangí- veis..... | 291 |
| 9.4. Identificação das relações comerciais ou financeiras..... | 292 |

| | |
|--|-----|
| 9.5. Delineamento da transação..... | 293 |
| 9.6. Atividades de pesquisa e desenvolvimento e ativos intangíveis..... | 299 |
| 9.7. Escolha do método de controle dos preços de transferência..... | 300 |
| 9.8. Avaliação em conjunto de ativos intangíveis..... | 303 |
| 9.9. Ativos intangíveis de difícil valoração e “ <i>ex-post assessment</i> ”..... | 304 |
| 9.10. Contratos de compartilhamento de custos..... | 307 |
| 9.11. Revogações dos limites de dedução das despesas de royalties..... | 313 |
| 9.12. O art. 44 da Lei n. 14.596/2023..... | 316 |
| Capítulo 10 – Serviços intragrupo..... | 319 |
| 10.1. A relevância dos serviços intragrupo..... | 319 |
| 10.2. A definição de serviços na Lei nº 14.596/2023..... | 320 |
| 10.3. O teste do benefício..... | 323 |
| 10.4. Atividade de sócios..... | 324 |
| 10.5. Duplicação de serviços..... | 326 |
| 10.6. Benefícios incidentais..... | 327 |
| 10.7. Serviços colocados à disposição (“ <i>on call services</i> ”)..... | 329 |
| 10.8. Métodos de controle de preços de transferência na prestação de serviços..... | 330 |
| 10.9. Serviços de baixo valor agregado..... | 333 |
| 10.10. Contratos de rateio de despesas (<i>cost sharing</i>)..... | 336 |
| Capítulo 11 – Reestruturações de negócios..... | 343 |
| 11.1. A definição de reestruturações de negócios..... | 343 |
| 11.2. O controle de preços de transferência na reestruturação de negócios..... | 347 |
| 11.3. Delineamento das transações que fazem parte da reestruturação de negócios..... | 349 |
| 11.4. Reconhecimento das transações delineadas e a aplicação do princípio “ <i>arm’s length</i> ”..... | 350 |

| | |
|--|-----|
| 11.5. Realocação do lucro potencial em virtude da reestruturação de negócios..... | 351 |
| 11.6. A transferência de valor em decorrência da reestruturação de negócios..... | 352 |
| 11.7. Compensação devida em função da reestruturação de negócios..... | 357 |
| 11.8. Cálculo da compensação financeira | 359 |
| 11.9. A determinação da parte que deve arcar com o pagamento da compensação financeira | 362 |
| 11.10. Diferenças entre o valor justo e o preço “ <i>arm’s length</i> ” | 366 |
| 11.11. A interação entre as regras que conferem neutralidade a atos societários e as regras de preços de transferência | 366 |
| 11.11.1. Aumento de capital..... | 366 |
| 11.11.2. Redução de capital | 368 |
| 11.11.3. Incorporação, fusão e cisão | 369 |
| 11.11.4. Preços de transferência e atos societários..... | 370 |
| Capítulo 12 – Operações financeiras..... | 379 |
| 12.1. O âmbito geral das operações financeiras..... | 379 |
| 12.2. O delineamento de operações financeiras no controle de preços de transferência..... | 379 |
| 12.3. A avaliação do risco de crédito..... | 383 |
| 12.4. Aspectos gerais dos empréstimos intragrupo | 387 |
| 12.5. A amplitude do art. 27 da Lei nº 14.596/2023 e o delineamento como operação de dívida ou de capital | 390 |
| 12.6. O reconhecimento contábil de instrumentos financeiros de capital e dívida..... | 394 |
| 12.7. As diferenças entre o reconhecimento contábil e o delineamento da transação | 397 |
| 12.8. Estudo de caso | 398 |
| 12.9. O desafio trazido pela análise da perspectiva das partes, à luz das opções realisticamente disponíveis..... | 400 |
| 12.10. Operações de garantia | 407 |

| | |
|--|-----|
| 12.10.1. Delineamento das operações de garantia..... | 407 |
| 12.10.2. Métodos de controle de preços de transferência nas operações de garantia..... | 413 |
| 12.11. Acordos de Gestão Centralizada de Tesouraria..... | 415 |
| 12.11.1. Objetivos e tipos de contrato de “cash pooling”..... | 415 |
| 12.11.2. O delineamento do contrato de “cash pooling”..... | 417 |
| 12.11.3. “Cash pooling” e benefícios de sinergia..... | 418 |
| 12.11.4. Remuneração do líder e dos participantes..... | 419 |
| 12.12. Seguradora cativa..... | 420 |
| Capítulo 13 – Medidas de simplificação e redução de controvérsias..... | 423 |
| 13.1. Medidas de simplificação..... | 423 |
| 13.2. Processo de Consulta Específico em Matéria de Preços de Transferência..... | 425 |
| 13.3. Regularização sem a imposição de penalidades..... | 436 |
| 13.3.1. Noções gerais sobre o procedimento amigável nos acordos de bitributação..... | 437 |
| 13.3.2. O procedimento amigável e a Lei nº 14.596/2023..... | 443 |
| Capítulo 14 – Documentação de preços de transferência..... | 447 |
| 14.1. Aspectos gerais da documentação de preços de transferência..... | 447 |
| 14.2. Declaração País-a-País..... | 449 |
| 14.3. Arquivo global..... | 454 |
| 14.4. Arquivo Local..... | 456 |
| 14.4.1. Arquivo local completo..... | 456 |
| 14.4.2. Arquivo local simplificado..... | 460 |
| 14.5. Documentação de suporte..... | 461 |
| 14.6. Penalidades..... | 461 |
| Conclusões..... | 463 |
| Bibliografia..... | 473 |